



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ  
CENTRO JUDICIÁRIO DE CONCILIAÇÃO  
CÍRCULO DE CONCILIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
PROCESSO  
1002178-69.2017.4.01.4000

ATA DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às 09:00 horas, por videoconferência através do aplicativo *Microsoft Teams*, a Juíza Federal Coordenadora do Centro Judiciário de Conciliação - CEJUC, **Dra. Marina Rocha Cavalcanti Barros Mendes**, abriu a audiência com as Conciliadoras do CEJUC, Dóris Rosa de Oliveira Ribeiro, Fabiana Gayoso de Freitas Souza Brito, Lana Patrícia Vieira de Sousa e Letícia Matos Oliveira, e o estagiário Wallas da Silva Dias, além dos seguintes participantes:

Presentes: o Procurador da República – MPF, **dr. Israel Silva**; o Defensor –DPU, **dr. André Amorim de Aguiar**; o Advogado da União, **dr. Salvador Pereira Vicente**; o procurador do município de Teresina, **dr. Daniel Medeiros de Albuquerque**; os Advogados da EBSERH, **dr. Raphael de Souza Vieira e dra. Jane Lúcia Medeiros de Oliveira (OAB/MS 15.371-B)**; o representante do Núcleo Jurídico/Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde, **dr. Carlos Eduardo Fernandes Tonhá**; a servidora CGAE/DAET/SAES/MS, **dra. Cintia Marino Morasco**; os representantes do DENASUS/PI, **dr. Carlos Eduardo Viana Santos e dr. Almir de Sousa Meneses**; o assessor jurídico CRM-PI, **dr. Ricardo Abdala Cury**; a diretora da assistência especializada-DAE/FMS, **dra. Fátima Garcez**; o Diretor executivo de regulação, controle, avaliação e auditoria da FMS, **dr. Anderson Martins Dantas**, acompanhado da **dra. Maria do Socorro Oliveira Guimarães**; o diretor geral do Hospital São Marcos, **dr. Marcelo Luiz Floriano Melo Martins**; o diretor geral do HUT, **dr. Fábio Marcos de Sousa**; representante do HU-UFPI, **dr. Maurício Giraldo (neurocirurgião)**; os participantes do HGV, **dr. Osvaldo Mendes** (diretor geral), **dr. Arquimedes Cavalcante** (Coordenador da Cl. Neurológica); **dra. Claudicéia Noletto** (Supervisora da Hemodinâmica); **dra. Ana Célia Santos** (Assessora de Planejamento); os representantes do Hospital Infantil, **dra. Jacylene Coêlho**; a diretora técnica do HILP, **dra. Leiva de Souza Moura**; o chefe adjunto da assessoria jurídica da FMS, **dr. Juliano Mendes Martins Vieira**; a representante da Fundação Estatal Piauiense de Serviços Hospitalares (FEPISERH), **dra. Nara Nunes Barbosa**; a representante da Secretaria de Estado da saúde do Piauí (SESAPI), **dra. Luciane Formiga**.

Iniciados os trabalhos, o representante do Hospital de Urgência de Teresina informou as dificuldades que estão enfrentando em relação à cirurgia de trauma raquimedular, especialmente em razão da demora na regulação do paciente. Noticiou uma mudança do perfil epidemiológico, tanto em relação à quantidade de casos, quanto em relação à gravidade. Destacou que os pacientes estão demorando para conseguir vaga no HU. Sugeriu o aumento de leitos no HU reservado para o TRM e que não sejam regulados pacientes com problemas neurológicos outros para a unidade.

O Hospital Universitário informou que apenas um hospital para solucionar o problema de todo o Estado em TRM é insuficiente e que Municípios do interior, a exemplo de Floriano e Parnaíba, deveriam também realizar estas cirurgias. Destacou que, apenas considerando setembro de 2021, realizou 27 cirurgias neurológicas, sendo que 25 delas foram em TRM. Propôs a transformação de 2 leitos de clínica em 2 leitos cirúrgicos. Ressaltou que os pacientes com TRM têm uma internação longa normalmente. Além disso, quando chegam ao hospital, é necessário iniciar os exames pré-operatórios, já que os exames do hospital de origem não acompanham o paciente. Neste ponto, a Defensoria Pública sugeriu que fosse formada uma comissão, incluindo técnicos de TI, para fazer a



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ  
CENTRO JUDICIÁRIO DE CONCILIAÇÃO  
CÍRCULO DE CONCILIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
PROCESSO**

**1002178-69.2017.4.01.4000**

ligação entre os sistemas. Referiu, como obstáculo para o aumento do número de cirurgias, a insuficiência dos leitos de UTI, o que já está em vias de ser solucionado.

Dada a palavra ao HGV, noticiou o aumento da produtividade do hospital. Em cirurgias neurológicas, produziu 619 em 2017, 881 em 2018, 1150 em 2019, 965 em 2020 e 880 até agosto de 2021. Em hemodinâmica, produziu 312 em 2018, 405 em 2019, 322 em 2020 e 215 até setembro de 2021. Relatou as aquisições que foram feitas até o momento utilizando os recursos repassados pelo Ministério da Saúde para melhoramento do seu parque tecnológico, conforme documentos que seriam juntados. Relatou que o cancelamento de cirurgias, na maior parte dos casos, ocorre por falta de vaga de UTI, o que está prestes a ser superado porque, em 03/11/2021, serão abertos 20 novos leitos, sendo 10 cardiológicos e 10 para as cirurgias. Noticiou que permanece o problema de regulação dos pacientes internados para o hospital especializado em oncologia. Comprometeu-se a juntar nos autos uma tabela informando o número de pacientes que precisaram da regulação para hospital oncológico e o tempo que precisaram esperar para conseguir uma vaga.

O Hospital São Marcos destacou que, nos últimos anos, a prestação e serviços pelos hospitais privados diminuiu porque a tabela SUS está defasada. Destacou que o Hospital São Marcos tem estrutura para aumentar a produção do SUS, mas não tem como fazê-lo porque não é sustentável, e destacou que seria menos custoso e rápido para o SUS aproveitar a estrutura já existente dos hospitais privados.

A Regulação Estadual ressaltou que, embora o ideal fosse conseguir mudanças em maior velocidade, houve avanços. Destacou, em especial, que antes o HGV era responsável por todo o processo: urgência, ambulatorio, cirurgia, alta complexidade... Agora foi feita uma estratificação do serviço para construção do fluxo, o que otimiza a estrutura. Além disso, relatou que, em cirurgia neurológica, antes havia apenas um serviço público, que era o HGV. Agora existem mais três, ante a instalação da cirurgia neurológica em Floriano, no HU e no HUT. Ponderou que a prestação do serviço de saúde é uma atividade dinâmica e que, eventualmente, existem gargalos sazonais que são enfrentados pela regulação, inclusive com alterações na contratualização. Destacou que é importante melhorar os processos de trabalhos, de forma a otimizar a utilização da estrutura.

A Regulação Municipal destacou que o contrato com o HU já está sendo conversado para reforçar a alta complexidade, que é a vocação do hospital, e que neste contexto será analisada a sugestão de converter as duas vagas clínicas em duas vagas cirúrgicas. Noticiou que, neste momento, existem 12 pacientes internados no HU por TRM e 1 paciente em fila aguardando vaga. Ainda informou que 95% dos pacientes regulados para o HU, em neurocirurgia, tinham TRM. Destacou a importância de aprimorar os processos para diminuir o tempo de permanência do paciente no hospital. Informou que o sistema da regulação já tem campos para que sejam inseridos os exames do paciente, a fim de evitar que se tenha que iniciar do zero em cada hospital. Talvez precise ser melhor usado.

A Diretoria da assistência especializada da FMS destacou os avanços na neurocirurgia nos últimos anos. Relatou os desafios que foram superados para se chegar a este resultado, a exemplo da contratualização de alguns insumos específicos (molas) acima da tabela SUS para viabilizar a compra, o que envolve o esforço da gestão, segurança jurídica para o gestor e eleição de prioridades. Destacou também a importância de melhorar os processos de trabalho e mencionou o excelente resultado Projeto Lean, elaborado pelo Ministério da Saúde para urgências, que está sendo aplicado em unidades do Município.

O DENASUS sugeriu que o HGV tenha uma contratualização por metas.

*MJ*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ  
CENTRO JUDICIÁRIO DE CONCILIAÇÃO  
CÍRCULO DE CONCILIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
PROCESSO

1002178-69.2017.4.01.4000

Diante deste cenário, ficou acertado que os entes produzirão e apresentarão os seguintes documentos:

1) **HGV**: relatório sobre o número e o tempo de espera dos pacientes que aguardaram regulação para o hospital de referência oncológico.

2) **Regulação municipal**:

a) relatório sobre as causas do longo tempo de internação dos pacientes no HU (o relatório deve ser feito em conjunto com o HU);

b) plano para potencializar a utilização pelos médicos da ferramenta de remessa dos exames de um hospital para outro, quando o paciente é regulado, de forma a agilizar o pré-operatório;

c) informações sobre a eventual troca de duas vagas de clínica por duas vagas de cirurgia para a neurologia no HU.

- **Hospital Universitário**: informações sobre a habilitação da neurocirurgia junto ao Ministério da Saúde.

**Prazo para apresentação dos documentos: 10/11/2021.**

A MM. Juíza Federal determinou que, apresentados os documentos referidos, os autos sejam conclusos para despacho.

As partes concordaram com os termos da presente ata, conforme manifestação por email, e saem de tudo intimadas. Providências pela Secretaria.

Digitado este termo e lido, a ata segue subscrita pela magistrada que conduziu a audiência.

Juíza **MARINA ROCHA CAVALCANTI BARROS MENDES**  
Coordenadora do Círculo de Conciliação em Políticas Públicas

Justiça Federal do Piauí